



RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DE 2017

MAPUTO, MAIO 2018

A Enviar a(os):	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência a Vice-Ministra da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	
Delegados Provinciais do CEDSIF	

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
CNDB	Centralização de NUIT e Domicílios Bancários
CUT	Conta Única do Tesouro
ETPM	<i>Enterprise Taxation and Policy Management</i>
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado do SISTAFE
e-Tributação	Sistema de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionários e Agentes do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IGF	Inspecção-Geral de Finança
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado

MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
EU	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	12
2.1 FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF	12
2.1.1 FUNCIONAMENTO DO CEDSIF	12
2.1.2 RECURSOS HUMANOS	17
2.1.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	21
2.1.4 COMPONENTE ORÇAMENTAL.....	22
2.2 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE	24
2.3. DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE.....	32
2.4. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO E-SISTAFE	37
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	39
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	53
5. PERSPECTIVAS PARA 2018.....	55
6. ANEXOS.....	58

SUMÁRIO EXECUTIVO

A implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), no presente quinquénio, é feita com base no Plano Estratégico de Finanças Públicas 2016-2019 e no Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019.

Ao nível operacional, a implementação do SISTAFE teve como orientação o Plano de Actividades e Orçamento do CEDSIF (PAO 2017), e, no âmbito da execução deste, merecem destaque as seguintes realizações:

- Disponibilização e operacionalização da plataforma informática (e-SISTAFE) de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), ao nível Central, Provincial e em **144** do total de **154** Distritos.
- Descentralização da execução do Orçamento do Estado no e-SISTAFE para mais **56** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB)¹, Sendo **8** de nível Central, **7** de nível provincial e **41** de nível distrital, perfazendo um acumulado de **1.476** UGB (**688** distritais, **607** provinciais e **181** centrais), das **1.654** UGB com tabela de despesa no Orçamento do Estado de 2017, o que equivale a **89,23%**, e ficam por descentralizar **178** UGB, correspondentes a **10,76%**. Esta descentralização contribuiu para que em 2017, cerca de **71,73%** da despesa total fosse executada por Via Directa, isto é, mediante o pagamento a partir da Conta Única do Tesouro (CUT), directo para a conta bancária do fornecedor de bens e serviços ao Estado ou do Funcionário ou Agente do Estado (FAE), ou outro beneficiário de pagamentos do Estado.
- Pagamento de salários e remunerações através da Via Directa a **318.212** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) de um total de **338.294**, na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF), no mês de Dezembro de 2017, o que corresponde a **94,06%**. Deste total de FAE pagos pela Via Directa, **311.279** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **92,01%** dos FAE na situação de activo no e-CAF.

¹ **Unidade Gestora Beneficiária** – são todos os órgãos e instituições do Estado destinatárias de uma parcela do Orçamento do Estado, ou detentora de uma parcela do Património do Estado.

- Realização, com início em Janeiro, da segunda fase do processo da Prova de Vida dos FAE no mês do seu aniversário, tendo, até ao dia 29 de Dezembro, **314.147** FAE prestado a Prova de Vida, o equivalente a **93%** do universo de **339.393** FAE na situação de activo no e-CAF a 31 de Dezembro de 2017.
- Criação e disponibilização de condições tecnológicas para realização da Prova de Vida dos Pensionistas e Rendistas do Estado (PVP) para validação de cerca de **170.000** pensões existentes no sistema de previdência social, tendo para o efeito sido formados **19** formadores que formaram **300** brigadistas que suportaram o processo.
- Início do piloto do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) no Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministério da Saúde (MISAU) e Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), com vista a possibilitar a interligação entre os processos de contratação, execução da despesa e gestão do património, bem como garantir a incorporação automática dos bens adquiridos pelo Estado no momento da Liquidação da despesa.
- Início do piloto do Sistema Nacional Electronico de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE) nas componentes de administração do pessoal, carreiras, remunerações e avaliação de desempenho, nos sectores da Saúde, Função Pública, Finanças, Educação e Tribunal Administrativo, ao nível central, província de Maputo e no distrito de Boane.
- Capacitação de **9.026** utilizadores, dos quais **3.395** no Módulo de Execução Orçamental (MEX), **1.269** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), 3.400 no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **962** no Módulo de Elaboração Orçamental (MEO). Dos utilizadores destacam-se **19** Ministros e **16** Vice-Ministros capacitados no Módulo de Execução Orçamental (MEX) para operarem com o Perfil de Consulta.

- Realização da avaliação (assessment) no e-Tributação, que culminou com a apresentação e aprovação do respectivo Relatório, do Plano Global do Projecto e do Calendário para Optimização das Funcionalidades Implementadas e Implementação de Novas, que prevê o reinício dos trabalhos a 19 de Fevereiro de 2018, com actividades preparatórias programadas para iniciarem a 05 de Fevereiro.
- Elaboração da proposta de Decreto de alteração do Regulamento do SISTAFE, que consistiu em ajustes para assegurar a implementação de reformas em curso nos Subsistemas do Património do Estado (SPE) e de Controlo Interno (SCI), aliada à adopção de medidas que permitem acumular alguns perfis, sem comprometer o princípio de segregação de funções, e ainda a extensão do acesso ao e-SISTAFE aos Agentes do Estado e a outros entes que em virtude das funções e actividades que exercem, devem ter acesso ao e-SISTAFE.
- Participação activa na elaboração da proposta de Diploma Ministerial, que aprova o Regulamento de Gestão das Contas Bancárias do Estado com vista a reduzir a quantidade de dispositivos que as regulam a matéria e garantir maior rigor na gestão das mesmas.
- Desenvolvimento do Portal de Transparência de Finanças Públicas (PTFP) e sua apresentação ao Conselho de Ministros. O PTFP irá garantir que as instituições e público em geral tenham acesso à informação sobre as Finanças Públicas, independentemente do local em que estejam, sem recorrer ao perfil de acesso específico ou prévia autorização, permitindo, assim, a melhoria da transparência dos actos de governação.
- Divulgação do Plano Estratégico das Finanças Públicas (PEFP) 2016-2019 aos sectores de nível central e provincial, parceiros de cooperação e ao público em geral. Paralelamente, foi elaborado o Plano Operacional 2017-2018 do PEF, que serve de instrumento de priorização e de mobilização de recursos financeiros necessários para a sua concretização.

- Realização da 3ª Reunião Anual da Qualidade do CEDSIF, cujo principal resultado foi de assegurar a adequação contínua dos sistemas de gestão em prática no CEDSIF às normas internacionais de qualidade e aos objectivos da instituição, para além do estabelecimento de um modelo de gestão baseado em projetos.
- Implementação de melhorias evolutivas e correctivas nos Módulos que compõem o e-SISTAFE, com vista a consolidar os processos e facilitar a utilização do sistema.
- Realização de **216** acções de capacitação de pessoal em serviço no CEDSIF, tendo beneficiado **199** técnicos, dos quais **136** são homens e **63** mulheres. O resultado destas capacitações permitiu melhorar a qualidade de serviços prestados pelos técnicos em matérias de tecnologias de informação e de administração e gestão.

No período em análise, o CEDSIF executou como despesa total o valor de **800.486.749.47MT**, correspondente a **72,12%**, da dotação orçamental actualizada no valor de **1.109.937.411,86 MT**, dos quais **783.254.192,52MT** por Via Directa o que resultou numa execução por Via Directa na ordem de **97,85%**.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF), criado pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 de Agosto de 2010, com alterações introduzidas através do Decreto 27/2012, de 26 de Julho, que também aprova o seu Estatuto Orgânico, é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, e funciona sob tutela do Ministro que superintende a área das Finanças.

O CEDSIF tem como atribuições nucleares prestar, a todos os Órgãos e Instituições do Estado, os serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, nos domínios da gestão estratégica, da governação e do desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, bem como a sua implementação e operação.

Para o cumprimento das suas atribuições, o CEDSIF elaborou o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2017 (PAO 2017), o qual comporta as principais acções a desenvolver no exercício económico em causa, como seu principal instrumento de gestão para o período.

O PAO 2017 assenta no atendimento das prioridades definidas no Plano Estratégico 2015-2019 (PE 2015-2019) do CEDSIF, que tem como alicerces os preceitos definidos na Visão das Finanças Públicas (VFP) 2011-2025 e no Programa Quinquenal do Governo (PQG).

O PAO 2017 é um instrumento que dá visibilidade às actividades estratégicas a serem executadas em consonância com as directrizes estabelecidas no Plano Estratégico 2015-2019, e incorpora como prioridades para o ano de 2017 o seguinte: (i) a melhoria da plataforma informática do SISTAFE, o e-SISTAFE; (ii) o desenvolvimento dos Subsistemas previstos na Lei n.º 9/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Sistema da Administração Financeira do Estado (SISTAFE) ainda não implementados, nomeadamente, o Subsistema de Controlo Interno (SCI) e o Subsistema do Património do Estado (SPE); (iii) a continuação da implantação do e-Tributação; (iv) o reforço da componente de

Gestão de Mudança e de Comunicação da Reforma da Gestão das Finanças Públicas (GFP) e (v) o fortalecimento do CEDSIF para fazer face aos desafios impostos na área da Gestão das Finanças Públicas (GFP).

O PAO 2017 apresenta o orçamento necessário para a concretização das actividades previstas neste documento, bem como as respectivas fontes de financiamento, o que permite melhor percepção, tanto dos montantes envolvidos, bem como do suporte financeiro a realizar pelo Governo e por cada um dos Parceiros que apoiam financeiramente à Reforma da Gestão das Finanças Públicas de Moçambique.

O CEDSIF iniciou a execução do PAO 2017 com uma dotação de **466.780.140,00 MT**, tendo a finalizado com a dotação actualizada no valor de **1.109.937.411,86 MT**, o que representa um incremento no valor de **643.157.271,86 MT**, resultantes de inscrição de saldos transitados de 2016 para 2017, recebimentos de transferências de entidades para as quais o CEDSIF presta serviços, compromisso de desembolso adicional da Dinamarca para o FCSISTAFE e reforço orçamental.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, no âmbito da execução do seu PAO 2017, na componente de funcionamento, consolidação dos sistemas e continuidade da reforma de implementação do SISTAFE, bem como a implementação de Sistemas complementares ao e-SISTAFE. A sua estrutura, para além do Sumário Executivo, compreende os seguintes pontos:

1. Introdução
2. Actividades executadas
3. Balanço da execução orçamental
4. Avaliação do desempenho
5. Perspectivas para 2018
6. Anexos

2. ACTIVIDADES EXECUTADAS

O presente Relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF, no exercício económico de 2017, na componente de funcionamento e desenvolvimento institucional, reforma e implementação do SISTAFE, bem como nos Sistemas complementares, no âmbito da execução do PAO 2017.

2.1 FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF

No período em referência foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, de padrões de qualidade, de segurança de informação, de recursos humanos, de gestão de contratos, de execução orçamental. Igualmente, foram realizadas a 3ª Reunião Anual de Qualidade sob o Lema ***“CEDSIF, Promovendo a Melhoria Contínua das Competências Organizacionais”***, as reuniões do Conselho de Direção do CEDSIF e as actividades de assistência jurídica.

2.1.1 Funcionamento do CEDSIF

Na prossecução e controlo do processo de execução das actividades constantes nos objectivos estratégicos do Plano Estratégico 2015-2019, foram realizadas actividades a seguir apresentadas.

No âmbito do reforço institucional, com vista a garantir a conformidade legal dos actos e processos internos, foram realizadas actividades de assistência jurídica que consistiu na representação do CEDSIF em juízo sobre os processos em que a instituição é parte, emissão de diversos pareceres jurídicos sobre matérias de contratações públicas e gestão de recursos humanos.

Ainda nesta vertente, alicerçado no lema do Plano Estratégico 2015 – 2019 da instituição que é, ***“Concluir e Consolidar a Reforma do SISTAFE”***, o CEDSIF introduziu o modelo de gestão baseado em projecto, tendo criado a Unidade de Coordenação e Gestão de Projectos – UCGP, responsável pela gestão e coordenação de projectos da Instituição com o intuito de assegurar o alcance dos resultados através duma gestão mais focada e com menos riscos de insucesso e falhas.

O processo de acompanhamento e monitoria das actividades do CEDSIF foi assegurado por meio da elaboração dos relatórios Anual de Execução das Actividades do PAO 2016, onde se reporta o nível de execução referente a este exercício, e os de meio-termo referente ao I, II e III Trimestre de 2017. Na sequência, foi efectuado o Balanço Preliminar da Execução do PAO/PES 2017 e redistribuído o orçamento do PAO 2017 para cobrir défices em rubricas críticas para o funcionamento da instituição e do Sistema. No entanto, porque o PAO assenta no Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019, foi realizado um balanço sobre a sua implementação referente ao período 2015-2017.

Na componente de cooperação, foram realizadas duas Reuniões do Comité de Parceria (RCP), nas quais foram validados os relatórios de Execução do PAO relativos ao ano 2016 e ao 1º semestre de 2017, esclarecidas algumas questões relativas aos relatórios de auditoria às contas do CEDSIF do exercício económico de 2016 e de execução do PAO 2017 apreciados, e apresentado o Plano de desembolsos para 2018.

Nesta matéria destaca-se ainda, por um lado, a aprovação do Acordo de Cooperação Técnica, entre os Governos de Moçambique e do Japão para a prestação de assistência técnica nas áreas de coordenação da implementação do PEFP, de tecnologia de informação e de capacitação dos técnico do CEDSIF, no âmbito da continuidade de implementação da Gestão das Finanças Públicas, e, por outro lado, o comprometimento do Reino da Dinamarca na continuidade do apoio à implementação do e-Tributação por via do Fundo Comum do SISTAFE, isso nos anos de 2017 e 2018, cobrindo parte dos recurso necessários para a implementação deste projecto (e-Tributação).

No âmbito do processo de registo e gestão de incidentes foram registados 2.984 incidentes, dentre estes 920 do e-CAF, 1.028 do MEX, 404 do e-SISTAFE e 632 do e-Folha. Comparando o total com o registado em 2016 de 3.582 registos, houve uma redução na ordem de 598 incidentes, sendo os de 2016 distribuído em 317 no CAF, 1.748 no MEX, 391 no e-SISTAFE, 396 no e-Folha e 730 no Aplicação de Segurança do e-SISTAFE.

Para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, foram definidos os fluxos dos processos da cadeia de valor do CEDSIF com vista a sua implementação, especificamente, elaborados alguns modelos de funcionamento das 28 Competências Organizacionais (CO) da cadeia de valor do CEDSIF, que compreende os processos primários e de su-

porte, para a operacionalização do modelo definido, no âmbito da Consultoria para Mapeamento de Processos do CEDSIF.

Como resultado deste exercício, foram identificadas novas áreas a implementar ou a organizar, nomeadamente, de monitorização de concorrentes, gestão de risco do negócio, gestão das instalações, gestão da informática para o funcionamento do CEDSIF, gestão e geração de oportunidades de negócio, gestão de clientes e parceiros, gestão de serviços e produtos (catálogo), gestão dos pedidos do cliente, prestação dos serviços de consultoria de gestão e Sistema de Informação (SI), gestão de fornecedores e a gestão de recursos de informação.

Refira-se que no âmbito deste exercício, foi identificada uma oportunidade de melhoria na forma de desenvolvimento dos Sistemas de Informação, definindo um novo modelo de funcionamento por projectos, que permite redução de tempo de resposta aos clientes.

Entretanto, no 1º Trimestre de 2017, foi realizada, com recurso a bolsa dos Auditores Internos certificados na norma ISO 9001:2015, uma auditoria interna ao Sistema de Gestão de Qualidade, tendo em vista garantir a uniformização de procedimentos de trabalho e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CEDSIF.

A auditoria realizada incidiu sobre os processos de atendimento aos Utilizadores, suporte e manutenção dos sistemas e equipamentos, e gestão de equipamentos em algumas Delegações Provinciais do CEDSIF, tendo sido elaborado o respectivo relatório e o plano de acções correctivas. O Plano será objecto de acompanhamento pelo Serviço de Controlo Interno do CEDSIF durante a sua implementação.

Na base do novo guia de referência da norma: ISO 9001:2015, foi revista e aprovada a Política da Qualidade do CEDSIF que assentava na ISO 9001:2008. A revisão da Política teve como principal alteração a mudança da orientação, passando, em simultâneo, o foco ao cliente a integrar as partes interessadas e de gestão de processos a incorporar a componente de competências.

No cumprimento do preceituado na norma: ISO 9001:2015, foi realizada a 3ª Reunião Anual da Qualidade, com a finalidade de assegurar a adequação contínua dos sistemas de gestão em prática no CEDSIF aos objectivos da instituição. Neste sentido, foram

apreciados temas sobre, nomeadamente, a dinâmica do sistema de gestão da segurança da informação no CEDSIF, implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, auditorias internas ao Sistema de Gestão da Qualidade, novo Modelo de Gestão de Incidentes no CEDSIF, avaliação da satisfação dos *Stakeholders*, gestão de competências e habilidades dos colaboradores do CEDSIF e o novo Modelo de Gestão de Projectos.

Ainda enquadrado na melhoria contínua, gestão de recurso de informação do CEDSIF, está em curso a implementação do Sistema de Gestão Documental e Arquivo com vista, entre outros aspectos, a reduzir os custos mediante utilização dos recursos de forma mais eficiente, incluindo a redução de quantidade de papel impresso, de tinteiro e de espaço físico do arquivo, disponibilidade atempada de documentos, sua gestão centralizada, assegurando o registo fiável de versões, rigor na implementação de uma estrutura de permissões, normalização dos fluxos de aprovação, procedimento e regras que determinam os vários estágios dos documentos.

Para continuidade das actividades referentes à implementação do sistema de gestão documental, está prevista a realização de actividades de configuração, parametrização e validação da ferramenta tecnológica, tendo em vista consolidar a prova de conceito com o envolvimento dos utilizadores finais das áreas mais críticas, que deverá decorrer a partir do dia 04/01/2018, nas Secretarias do CEDSIF e do Gabinete do Ministro da Economia e Finanças.

Na componente de manutenção preventiva e correctiva à infraestrutura do e-SISTAFE, foram feitas intervenções às instalações do CEDSIF e à infraestrutura de apoio aos Centros de Dados, elaborados os relatórios diários sobre o estado da Infraestrutura, inspecionado o CEDSIF pelo Serviço Nacional de Salvação Pública e verificado o estado do sistema de detecção e combate a incêndios. Estas acções possibilitaram a realização de intervenções oportunas, as quais contribuíram para um melhor funcionamento da infraestrutura do e-SISTAFE.

Foram também instalados dois Postos de Transformação Particulares e Linha Dedicada no edifício sede, para garantir a estabilidade da corrente eléctrica, e renovado o sistema de refrigeração de precisão no Centro de Dados primário.

Em observância das normas e procedimentos de utilização do e-SISTAFE, foram realizadas **14** visitas de avaliação às Províncias de Nampula e Zambézia, com vista a verificar o grau de comprimento das medidas de segurança, tendo sido efectuadas sessões de sensibilização em matéria de segurança de informação para um total de **189** utilizadores.

Os trabalhos de avaliação e sensibilização incidiram sobre a verificação do processo de controlo de acesso ao e-SISTAFE, realização de palestras de segurança de informação e verificadas as condições de segurança e conservação dos equipamentos de acesso ao e-SISTAFE. Uma das principais constatações da verificação foi a deficiência do processo de atribuição das credenciais de acesso ao sistema.

Na sequência às constatações das avaliações referidas, foi iniciado um estudo sobre os aspectos técnicos e constrangimentos inerentes ao actual processo de Credenciamento, Desbloqueio, Actualização ou Cancelamento de utilizadores do e- SISTAFE por parte do Administrador de Segurança da Unidade, tendo culminado com a concepção do projecto de Atribuição Automática do Código de Acesso ao e-SISTAFE e do respectivo Modelo de Negócio. Com estas inovações, o processo de credenciamento de utilizadores será automatizado, reduzindo as vulnerabilidades resultantes da intervenção humana e assegurando o reforço da segurança na utilização do sistema.

Visando avaliar a eficiência e eficácia do cumprimento das directrizes da norma de segurança de informação, foram realizadas auditorias às seguintes normas: Norma 1 – Normas dos Recursos Humanos; Norma 2 – Normas de Uso das Instalações Físicas do CEDSIF; Norma 4 – Norma de Senhas (Password); Norma 8 – Norma de Instalação e Funcionamento do Antivírus; Norma 10 – Norma de *Backup* (Cópias de Segurança); Norma 17 – Norma de Resposta a Incidentes de Segurança e Norma 18 - Normas dos Centros de Dados, estando em conclusão a elaboração dos relatórios das auditorias efectuadas. No entanto, dados preliminares dão a entender que, apesar de haver espaço para melhoria, o nível de maturidade organizacional nestas áreas é aceitável.

Para garantir o alinhamento dos processos de gestão da segurança de informação, foi elaborado o Manual do Sistema de Gestão de Informação, estando em processo de revisão, as normas de utilização da Internet e do correio electrónico, de configuração das

estações de trabalho, de desenvolvimento e manutenção de sistemas, bem como de gestão e continuidade de negócio.

2.1.2 Recursos Humanos

Esta componente compreende informação integrada sobre os recursos humanos, agrupada por género, nível académico, estrutura etária, Unidade Orgânica, modalidade de vinculação, capacitação e designação em comissão de serviço.

Caracterização dos Recursos Humanos

O CEDSIF, no exercício económico de 2017, contou com um efectivo de duzentos e noventa e sete **(297)** colaboradores, sendo cento e noventa e sete **(197)** do sexo masculino, e cem **(100)** do sexo feminino, afectos às diferentes Unidades Orgânicas, conforme ilustra a tabela 1.

Tabela 1. Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Nível Académico e Género

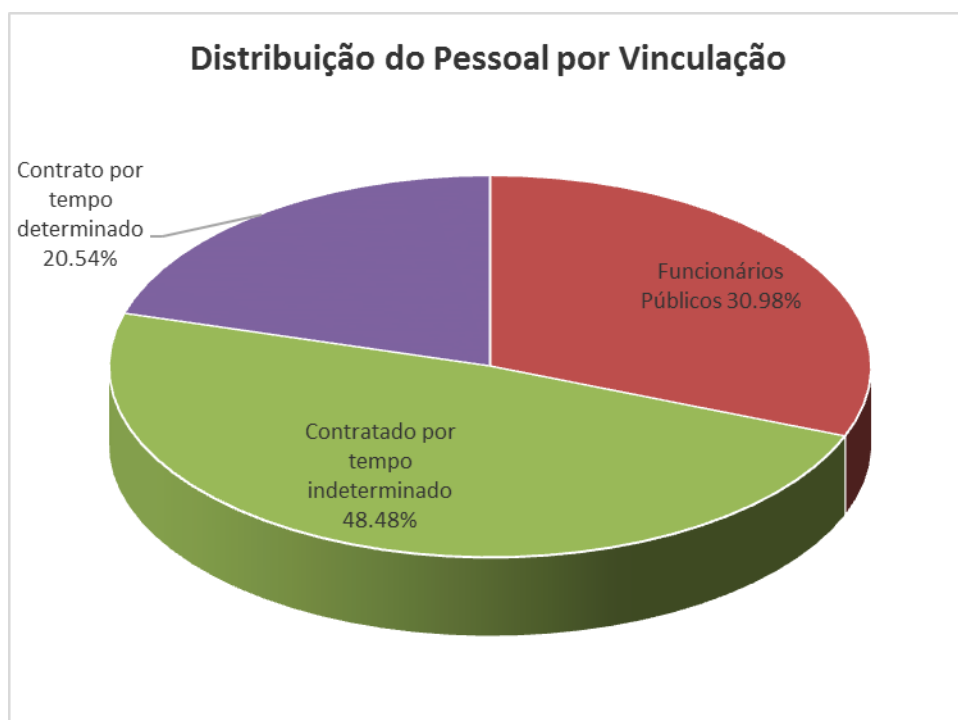
Unidade Orgânica	Nível Acadêmico																	
	Mestrado		Licenciatura		Bacharel		Médio Profissional		Médio Geral		Básico		Elementar		Total			
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	Total	%
AJ			1	1											1	1	2	0,67
UCI	1	1	2	1											3	2	5	1,68
DAF		2	4	2			3	3	2	3		3		5	9	18	27	9,09
DAU			1	1			7	1	1	2		1			9	5	14	4,71
Delegações		2	4	21											4	23	27	9,09
DG		1	3	4		1			1						4	6	10	3,37
DRH	1		5	3			1	1							7	4	11	3,70
Escola		1	3	2			1				1			1	5	4	9	3,03
GP		1	1	4											1	5	6	2,02
SCI	1	1	2	5						1					3	7	10	3,37
SDSI			13	64		1			1						14	65	79	26,60
SO			6	25			1	2		1					7	28	35	11,78
SOM	1		19	17	1			2	1						22	19	41	13,80
SQC	2	1	1	1											3	2	5	1,68
SSSI	1		1	5						1					2	6	8	2,69
UGEA	1		5	1										1	6	2	8	2,69
Total	8	10	71	157	1	2	13	9	6	8	1	4	0	7	100	197	297	100,00

Refira-se que o CEDSIF, para dar seguimento à implementação dos subsistemas e módulos previstos no SISTAFE, mobilizou e admitiu, através do concurso público, à luz da Lei do Trabalho, trinta e oito (**38**) Técnicos Informáticos em matérias de Programação e Análise de Sistemas, para darem continuidade à realização de acções inerentes a projectos específicos com financiamento. Estas contratações visam a reposição do pessoal desvinculado da Instituição e criar capacidade nos projectos com recurso financeiro próprios.

Natureza do Vínculo Laboral do Pessoal

O vínculo laboral do pessoal em serviço na Instituição compreende duas modalidades, uma por contrato (contratação por tempo determinado ou indeterminado), e outra por provimento. O universo do pessoal do CEDSIF é composto por **144** colaboradores com contrato por tempo indeterminado (**48,48%**), **61** com contrato por tempo determinado (**20,54%**), e **92** com provimento (**30,98%**), conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição do Pessoal em Serviço no CEDSIF



Nível Académico e Estrutura Etária

Analisando o nível académico e a estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal do CEDSIF é composta por licenciados no total de **228** colaboradores, o equivalente à **76,77%**, conforme ilustra a tabela 2. A faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com **123** colaboradores, o que corresponde a **41,42 %** do efectivo global da instituição.

Tabela 2: Distribuição do Efectivo por Nível Académico, Género e Faixa Etária

Nível Académico /Género	Faixas Etárias															
	18-25		26-30		31-40		41-50		51-60		61»		Total Geral			
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	Total	%
Mestrado					6	5	2	1		4			8	10	18	6,06
Licenciatura		11	5	28	42	81	20	30	3	6	1	1	71	157	228	76,77
Bacharelato					1	1				1			1	2	3	1,01
Médio Profis-sional				4	6	3	6	1	1	1			13	9	22	7,41
Médio Geral	1			1	3	5	1	1	1	1			6	8	14	4,71
Básico						1			1	3			1	4	5	1,68
Elementar						2				2		3	0	7	7	2,36
Total	1	11	5	33	58	98	29	33	6	18	1	4	100	197	297	100,00

No período em análise, foram realizada de **216** acções de capacitação de pessoal em serviço no CEDSIF, tendo beneficiado **199** técnicos, dos quais **136** são homens e **63** mulheres. O resultado destas capacitações permitiu melhorar a qualidade de serviços prestados pelos técnicos em matérias de tecnologias de informação e de administração e gestão.

Pessoal em Comissão de Serviço

Durante o ano de 2017 o CEDSIF procedeu a nomeações de técnicos para funções de chefias por forma a reforçar a gestão institucional, nomeadamente, Gestor de Projecto do SPO; Chefe de Divisão; Director de Serviço de Desenvolvimento de Sistemas em substituição do que cessou as funções; Chefe de Divisão de Desenho e Transição de Serviço; Chefe de Divisão de Testes e Avaliação de Sistemas; Chefe da Unidade de Comunicação e Imagem; Chefe da Área de Aplicação e Base de Dados; e Chefe da Área do SINAGEC. Com estas nomeações, o CEDSIF passou a ter, nas funções de Direcção e Chefia, um **(1)** Director Geral, dois **(2)** Directores Gerais Adjuntos, três **(3)** Assessores de Direcção, seis **(6)** Directores de Serviços, cinco **(5)** Chefes de Departamento, oito **(8)** Delegados Provinciais, seis **(6)** Gestores de Projecto, dezassete **(17)** Chefes de Divisão, dez **(10)** Chefes de Áreas e oito **(8)** Chefes de Secção, totalizando **66**.

2.1.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

No âmbito da execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) de 2017, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, o número de contratações inicialmente previstas que era de **120**, tendo sido reduzido para **104** em resultado da retirada de **16** previsões de contratações que não tiveram cabimento orçamental após a última redistribuição orçamental. Do Plano actualizado, constam **16** processos lançados em 2016 e **86** em 2017, sendo que destes, **57** foram concursos públicos e **29** Ajustes Directos, conforme ilustra a tabela 3, pese embora fiquem por lançar **02** contratações (Vide tabela 3).

Refira-se que do total de concursos e Ajustes Directos lançados, foram celebrados **58** Contratos, dos quais importa destacar que com a entrada do CEDSIF no pré-piloto do MPE, foram regularizados no sistema **26** contratos, sendo **05** de adesão, nomeadamente, Electricidade de Moçambique (EDM), Telecomunicações de Moçambique (TDM), Hospital Central de Maputo (Clinica do HCM), Vodacom e Águas da Região de Maputo.

Tabela 3: Modalidades de Contratação de Janeiro a Dezembro de 2017

Período	Modalidade de Contratação	Estágio	Qtd
Transitados de 2016	Concursos	Lançados	15
	Ajuste Directo	Lançados	01
2017	Concursos	Lançados	57
	Ajuste Directo		29
	Concursos	Por lançar	02
	Ajuste Directo		0
Total			104

A contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada. Contudo, conforme estabelece a legislação, o CEDSIF optou por esta via em **29** ocasiões, **14** porque apenas registou um único prestador de serviço, **5** em contratação de

arrendamento, 2 face ao concurso anterior ter ficado deserto, 4 para manutenção de uniformidade de padrão e 4 para a contratação de entidades públicas, nomeadamente, **Rádio Moçambique** para divulgação dos resultados da Prova de Vida, **Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane** para atribuição e alteração de domínios de internet, **Conselho Municipal** de Maputo para parqueamento de Viaturas do CEDSIF, e **MIC- FACIM** para Arrendamento de *Stand* para exposição dos produtos e serviços na FACIM (vide tabela 4).

Tabela 4: Valor Estimado por Modalidade de Contratação Lançada até o 4º Trimestre de 2017, Excluindo os Transitados de 2016

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado (MT)	%
Ajuste Directo	Único prestador de serviços	14	7.326.344,05	2,22%
	Contratação de arrendamento	5	2.719.840,33	0,86%
	Contratação de um ente público	4	68.729,28	0,04%
	Manutenção da uniformidade de padrão	4	10.611.234,15	0,05%
	Concurso anterior deserto	2	12.468.712,96	1,98%
Concurso	Concurso público	57	165.308.897,79	94,87%
TOTAL GERAL		86	198.503.758,56	100,00%

2.1.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício económico de 2017 foi de **466.780.140,00 MT**. Porém, face ao acréscimo do valor de **643.157.271,86 MT**, resultante da inscrição de saldos transitados de 2016 para 2017, recebimentos de transferências de entidades para as quais o CEDSIF presta serviços, do desembolso adicional efectuado pela Dinamarca para o Fundo Comum do SISTAFE (FCSISTAFE) e de reforço orçamental, a dotação final foi de **1.109.937.411,86 MT**, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5: Dotação Orçamental Actualizada

FR	Dotação Inicial	Variação Orçamen- tal	Dotação Actualizada
101RT	267 184 730,00	103 194 937,58	370 379 667,58
111CEDSIF	15 193 350,00	12 960 707,47	28 154 057,47
Total Componente Interna	282 378 080,00	116 155 645,05	398 533 725,05
133FCSISTAFE	184 402 060,00	405 926 501,50	590 328 561,50
134ASDI		12 635 200,00	12 635 200,00
134UE-CEDSIF		14 952 487,97	14 952 487,97
134WB-CEDSIF		43 986 838,78	43 986 838,78
134WB-DNT		49 500 598,56	49 500 598,56
Total Componente Ex- terna	184 402 060,00	527 001 626,81	711 403 686,81
Total Geral	466 780 140,00	643 157 271,86	1 109 937 411,86

No período em análise, o CEDSIF executou como despesa total o valor de **800.486.749,47MT**, correspondente a **72,12%**, da dotação orçamental actualizada no valor de **1.109.937.411,86 MT**, sendo **783.254.192,52MT** por Via Directa e **17.232.556,95MT** executado nas contas que o CEDSIF detêm no BCI e BIM, o que resulta numa execução por via directa na ordem de **97,85%**.

2.1.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas um total de **33** sessões, das quais **22** Ordinárias e **11** Extraordinárias. As sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção de 2017, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas.

Das sessões realizadas, foram emanadas **238** recomendações, dentre estas **184** são de Sessões Ordinárias e **54** das Extraordinárias, visando dinamizar a materialização das acções inscritas no PAO 2017.

2.2 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

As actividades realizadas no domínio da consolidação da reforma do SISTAFE foram cruciais no aumento da execução da despesa por Via Directa, na garantia de maior controlo e acompanhamento de pagamentos de salários e para melhoria da qualidade de serviços prestados aos utilizadores do e-SISTAFE. As actividades executadas no domínio do e-SISTAFE, compreendem a descentralização da execução do orçamento no e-SISTAFE para mais Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), treinamento dos utilizadores² do e-SISTAFE, criação de condições para garantir o pagamento de salários e remunerações por Via Directa, elaboração do Plano de Continuidade de Negócio, no âmbito de consolidação do e-SISTAFE, comunicação da Reforma das Finanças Públicas e ainda o suporte e manutenção do sistema e- SISTAFE.

Em 2017, foi dada continuidade à descentralização da execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **56³** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), dentre as quais **8** de nível central, **7** provinciais e **41** distritais, perfazendo **1.476** UGB (**688** distritais, **607** provinciais e **181** centrais) que executam o seu orçamento directamente através do e-SISTAFE, face as **1.654** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2017, o que equivale a **89,24%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, ficando por descentralizar **178** UGB, correspondentes a **10,76%** que ainda executam a sua despesa no e-SISTAFE, indirectamente. Refira-se que a descentralização ocorrida foi por solicitação e a expensas das próprias UGB.

A descentralização contribuiu para que em 2017, cerca de **71,73%** da despesa total fosse executada por Via Directa, superior a de igual período do ano 2016 que foi de **70,39%**, diante duma meta de **77%**, prevista no PEFP 2016-2019, para 2017. O nível

² Utilizadores do e-SISTAFE pela primeira vez.

³ Representando uma evolução para mais 56 UGB comparativamente ao registado no ano de 2016.

alcançado em 2017 continua influenciado pela existência de pagamentos pela forma de Adiantamento de Fundos dos encargos da dívida, transferências para as Embaixadas, despesa de capitais (construções, maquinaria e equipamentos, e demais bens de capital) e nas operações financeiras do Estado. Para normalização desta situação está em curso um trabalho liderado pela Unidade de Supervisão da Contabilidade Pública.

Relativamente à plataforma informática e-SISTAFE, esta foi disponibilizada e operacionalizada ao nível Central, Provincial e em 144 do total de 154 Distritos existentes.

No âmbito do reforço da capacidade técnica dos utilizadores do e-SISTAFE, foram capacitados **9.026** utilizadores, dos quais **3.395** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **1.269** do Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **3.400** do Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha) e **962** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO). Dos utilizadores destacam-se **19** Ministros e **16** Vice-Ministros capacitados em matérias do Módulo de Execução Orçamental (MEX) para operarem com o Perfil de Consulta.

Na componente de expansão do pagamento de salários e remunerações, foram criadas condições tecnológicas para o pagamento através da Via Directa a **318.212** FAE de um total de **338.294** na situação de activo no e-CAF, o correspondente a **94,06%**. Do total dos FAE pagos pela Via Directa, **311.279** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **92,01%** do total dos FAE, conforme os gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Funcionários e Agentes do Estado pagos por e-Folha vs Activos no e-CAF de Janeiro a Dezembro de 2017.

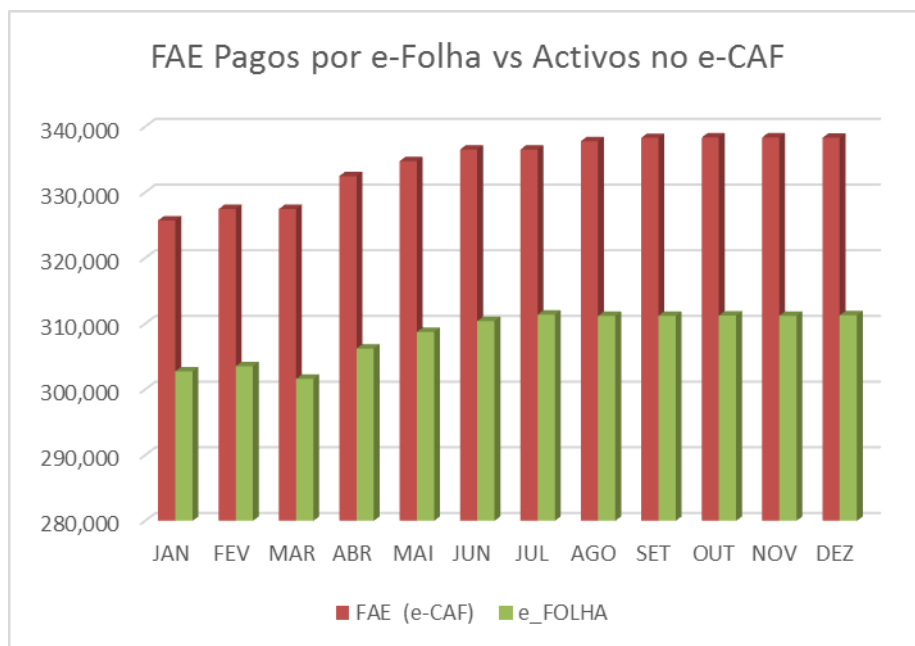
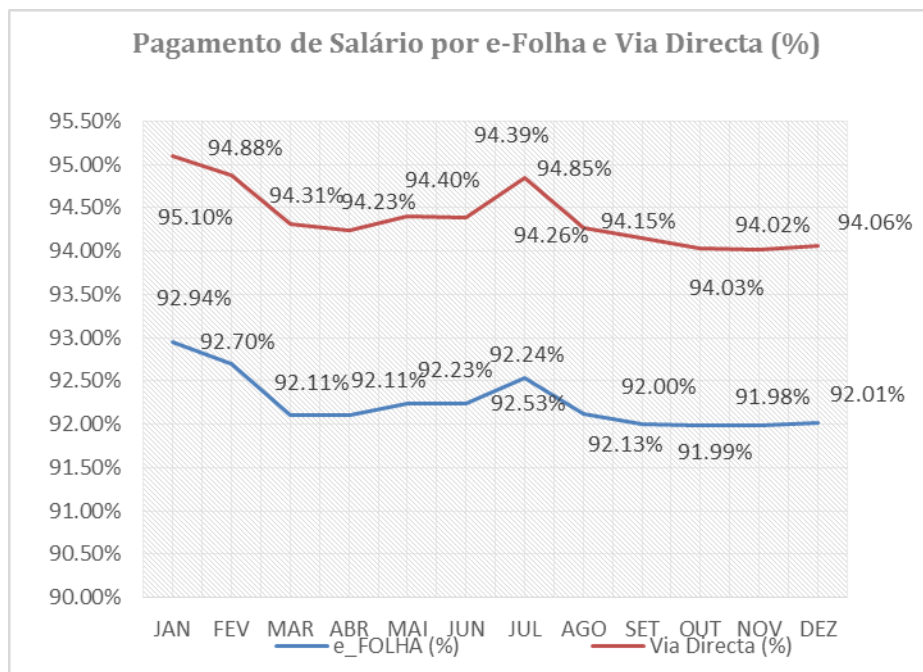


Gráfico 3: Funcionários e Agentes do Estado pagos pela Via Directa e e-Folha de Janeiro a Dezembro de 2017 (em %)



No âmbito do e-SISTAFE, para integração de novas funcionalidades e melhoria das existentes nos módulos, foram realizadas actividades no MEX e no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF).

No Módulo de Execução Orçamental (MEX), dentre as actividades realizadas, merecem destaque as seguintes:

- Execução e acompanhamento do Plano de Encerramento do Exercício Económico de 2016 e abertura do exercício 2017- fase II- com objectivo de encerrar o exercício 2016. Paralelamente, foram introduzidas melhorias no processo de encerramento do Exercício Económico de 2017 e abertura do Exercício Económico de 2018, e, revisto o correspondente Plano de Actividades para que a despesa seja executada até ao último dia útil do ano e a abertura realizar-se no primeiro dia útil de cada Exercício Económico.
- Alteração da funcionalidade ``*Manter Documentos Externos*`` de modo a permitir, que os credores identificados como grandes fornecedores possam estar associados ao documento do tipo *Informação Proposta Pré Pagamento*. Esta melhoria trás maior flexibilidade de aquisição de serviços pré pagos, fornecidos pelos grandes fornecedores, facto que não acontecia na situação anterior, pois os grandes fornecedores só eram pagos com documento do tipo *factura*.
- Desenvolvimento de funcionalidades do projecto de limpeza de orgânicos *versus* territórios, as quais facilitam a extracção de relatórios com detalhe sobre os Distritos e Postos Administrativos, do Encerramento de Exercício de 2017 e Abertura do Ano de 2018, e as de validação do NUIT& NIB para proporcionar melhor controlo na canalização de valores pagos pelo Estado à conta bancária do beneficiário.
- Reestruturação da anulação de pagamentos por adiantamento de fundos, dando maior autonomia à DNCP na execução de anulações de pagamentos.
- Transferência de saldos inscritos e anulados no processo de pagamento de salários, da Unidade Gestora Executora (UGE) para a Unidade Intermédia do Subsistema do Tesouro Público de Despesa (UI STP Despesa) para efeitos de compensação, na folha de salários do mês seguinte.

- Relatório de Acompanhamento de Operação de Tesouraria Online e Resumo Diário de Ordens de Pagamentos por Banco, que mostra o resumo do valor pago em cada Banco Comercial.
- Finalização do processo de validação e apresentação ao cliente do Relatório do Plano de Tesouraria, considerando os pagamentos e recebimento efectivos. Este relatório proporciona melhor gestão de tesouraria por parte do cliente (DNT), pois, visualiza os pagamentos previstos e efectuados, e os recebimentos previstos e efectivos num determinado período.
- Validação das especificações das funcionalidades de Pagamento de Outros Descontos Não Obrigatórios, no sentido de proporcionar maior performance no pagamento de outros descontos não obrigatórios nas folhas de salários. E
- Melhorias da funcionalidade de cadastro e actualização de descontos do Imposto Pessoal Autárquico (IPA) e Imposto de Reconstrução Nacional (IRN) do e-CAF, excluindo os do MEX, dado que são descontos associados a Funcionários e Agentes do Estado e a sua gestão deve ser efectuada apenas no e-CAF.

Quanto ao Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF/e-FOLHA), merecem destaque as seguintes actividades:

- Operacionalização do Serviço de Retenção na Fonte, dos descontos bancários dos funcionários públicos. Este serviço visa, proceder ao desconto sob consentimento dos funcionários públicos, nos seus salários, de valores de créditos que possuem com instituições bancárias, garantindo a segurança dos dados, confidencialidade, autenticidade e minimização da intervenção humana no processo de geração e manipulação dos ficheiros que estabelecem a comunicação entre os Bancos Comerciais e o CEDSIF, de modo a evitar alterações por parte dos agentes responsáveis pelo envio e recepção destes ficheiros.
- Homologação das funcionalidades e casos de uso que atendem os descontos bancários, roteiro de processamento e pagamento de salários, e redefinição das

regras que evitam duplicações na folha, permitindo apenas que o FAE tenha uma única referência e alteração da funcionalidade de agendamento de Pagamento Colectivo, passando o sistema a aceitar a programação para pagamento de uma planilha que tenha Ordem de Pagamento (OP) estornada.

- Elaboração do Modelo de Negócio de restrição de funcionalidades de e-CAF para o Controlo das despesas sobre as variações que vem ocorrendo a nível nacional nas Folhas de Vencimento, tendo sido validados casos de uso e funcionalidades do modelo referido para garantir a operacionalização das regras definidas. Foi também homologado o Relatório de Regularização de Prova Vida dos FAE que permite aferir quantos FAE realizaram a Prova de Vida fora do período.
- Melhoria do Modelo de Negócio da extensão do e-CAF para Saúde, que envolveu a validação das especificações e a respectiva funcionalidade, com vista a permitir alteração ou actualização de dados de Estabelecimentos de Saúde que já possuem funcionários associados aos mesmos.
- Melhoria da disposição de telas do acto da realização da Prova de Vida, para flexibilizar a realização em tempo reduzido.
- Especificação da funcionalidade de Relatório dos FAE Suspensos por Irregularidade da Prova de Vida para permitir a visualização da data, posição e acesso pelos Delegados do CEDSIF, o que permite que estes possam realizar o acompanhamento do processo de suspensão dos FAE por Irregularidade de Prova de Vida por meio deste relatório, bem como a visualização da data que o mesmo reflecte.

Relativamente ao Plano de Continuidade de Negócio, está em curso a elaboração da Política de Continuidade de Negócio, tendo sido realizado o teste parcial de *Disaster Recovery*⁴ (DR).

No concernente à outras actividades, destaca-se:

⁴ Recuperação de Dados do e-SISTAFE em caso de desastres

- Divulgação do Plano Estratégico das Finanças Públicas (PEFP) 2016-2019 aos sectores de nível central e provincial, parceiros de cooperação e ao público em geral. Paralelamente, foi elaborado o Plano Operacional 2017-2018 do PEPF, que serve como instrumento de priorização e de mobilização de recurso financeiros necessários para a sua concretização.
- Desenvolvimento do Portal de Transparência de Finanças Públicas (PTFP) e apresentado ao Conselho de Ministros. O PTFP irá garantir que as instituições e público em geral tenham acesso à informação sobre as Finanças Públicas, independentemente do local em que estejam, sem recorrer ao perfil de acesso específico ou prévia autorização, permitindo assim a melhoria da transparência da governação. Na primeira fase o Portal terá informação referente ao Orçamento do Estado, execução da despesa e prestação de contas, sendo que a execução de despesa será actualizada trimestralmente.
- Elaboração da proposta de Revisão Pontual do Regulamento do SISTAFE, posteriormente aprovado pelo Decreto nº. 6/2017, de 06 de Março, que consistiu em ajustes para assegurar a implementação de reformas em curso nos Subsistemas do Património do Estado (SPE) e de Controlo Interno (SCI), adopção de medidas que permitem acumular alguns perfis sem comprometer o princípio de segregação de funções, sendo que a sua aplicação irá ocorrer apenas em situações excepcionais devidamente caracterizadas nas Unidades Gestoras Executoras (UGE), bem como a revisão da restrição de acesso ao sistema apenas por funcionários públicos, estendendo aos Agentes do Estado e outros que, em virtude de mandato, cargo, contratação, função ou qualquer outra forma de vinculação com instituições do Estado, necessitem de ter acesso ao e-SISTAFE.
- Elaboração de proposta de alteração e extinção de perfis dos utilizadores que operam o e-SISTAFE, tendo sido aprovado por Diploma Ministerial nº 96/2017 de 18 de Dezembro, apresentando as seguintes modificações:
 - Alteração da designação de Agente de Controlo Interno (ACI) para Agente de Conformidade (AGC).

- Alteração da denominação de Agente de Consulta para Perfil de Consulta (PC).
- Extinção do perfil de Agente de Execução Financeira (AEF) e substituição pelo Agente de Execução Orçamental (AEO), passando este a executar todas as fases da despesa.
- Extinção do perfil de Ordenador de Despesa (OD) e a respectiva transacção (Conformidade dos Actos de Gestão), permanecendo, contudo, a figura de Ordenador da Despesa, a exercer o seu papel ao nível do e-SISTAFE e a actuar no e-SISTAFE com o Perfil de Consulta (PC).

Com esta alteração, iniciada em 2016, prevê-se que quando implementada na integra serão reduzidos de 10 para 5 o número de utilizadores necessários para operar o Módulo de Execução Orçamental e o e-Folha, garantindo-se a segregação de funções.

- Participação activa na elaboração da proposta de Diploma Ministerial que aprova o Regulamento de Gestão das Contas Bancárias do Estado.
- Realização do trabalho para a criação de condições de disponibilização do e-SISTAFE na internet, acção que permitirá o maior número de instituições a nível nacional e, caso seja necessário, a nível internacional (Embaixadas, Consulados, entre outros), aceder a esta aplicação e iniciadas acções de harmonização com sectores relevantes, nomeadamente, Ministério da Economia e Finanças (MEF), Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), Instituto Nacional de Comunicação de Moçambique (INCM) e Instituto Nacional de Governo Electrónico (INAGE). E
- Realização da Prova de Conceito em 14 instituições da cidade de Maputo com vista à implementação do projecto de fusão das redes do e-SISTAFE e GovNet. Do trabalho realizado apenas foi possível proceder-se à fusão em cinco instituições, pois as restantes não reuniam ainda condições para o efeito.

No âmbito do projecto Alertas do e-SISTAFE, (i) foram desenvolvidas funcionalidades do Alerta referente a pagamentos do MEX, (ii) foi concluído o processo de aquisição da

ferramenta informática para a transmissão de mensagens da rede do e-SISTAFE para as redes das entidades de telefonia móvel e (iv) em curso a contratação de uma empresa de telefonia móvel, o que permitirá que o CEDSIF tenha acesso a preços mais competitivos; a contratação será realizada no mês de Janeiro de 2018.

2.3. DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

Na prossecução da implementação do SISTAFE, foram realizadas actividades de comunicação da Reforma das Finanças Públicas, Prova de Vida (PV) dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE), desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), implementação do e- Tributação, desenvolvimento do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) e do Subsistema de Planificação e Orçamento, a saber:

Na Comunicação da Reforma das Finanças Públicas, o destaque vai para a realização de dois eventos sobre SISTAFE e e-SISTAFE: um programa televisivo sobre “Segurança de Informação no e-SISTAFE” e uma mesa redonda sobre a implementação do MPE – incorporação de bens pela Via Directa.

O primeiro programa foi transmitido a nível nacional e visava informar, debater e esclarecer questões em torno da segurança da informação na plataforma e-SISTAFE. O segundo programa, encabeçado pela Direcção Nacional do Património do Estado, teve lugar na Cidade de Maputo e contou com representantes desta Direcção e de outras Direcções Nacionais do Ministério da Economia e Finanças, do CEDSIF, de Organizações da Sociedade Civil com destaque para o Centro da Integridade Pública (CIP) e Grupo Moçambicano da Dívida (GMD), empresas filiadas à Confederação das Associações Económicas (CTA), entre outros participantes.

Adicionalmente, deu-se continuidade à actualização e divulgação de informação sobre Gestão de Finanças Públicas na página de internet do CEDSIF, com destaque de informação sobre a Prova de Vida dos FAE e dos Pensionistas e Rendistas do Estado, capacitação de Ministros, Vice-Ministros, Procuradores da Republica em matérias sobre SISTAFE e e-SISTAFE, assinatura de Memorando de Entendimento entre CEDSIF e OXFAM, organização não-governamental, que actua na área de Educação e Boa Go-

vernação e Promoção da Transparência, divulgação do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2015 - 2019, do Plano de Formação 2015-2019, do Orçamento do PE 2015 2019, do Plano de Ação de 2015-2019, dos Modelos Conceptuais do SISTAFE, dos Subsistemas do Controlo Interno e do Património do Estado e a aprovação da revisão pontual do Regulamento do SISTAFE.

Ainda, foram realizadas palestras sobre o SISTAFE e o e-SISTAFE, sendo de destaque as palestras em instituições do ensino superior que abrangeram aproximadamente 450 estudantes, corpo docente e administrativo.

Na componente de Prova de Vida (PV) dos Funcionários e Agentes do Estado, com vista a garantir maior controlo e actualização de dados nos cadastros dos FAE, foram realizadas **314.147** Prova de Vida, equivalentes a **93%** do universo de **338.294 FAE** na situação de activo no e-CAF a 31 de Dezembro de 2017, com recurso a dados biométricos. A PV decorreu de 9 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017. Para os funcionários que não fizeram a Prova de Vida, o Sistema suspendeu automaticamente os seus salários no mês seguinte ao do mês do seu aniversário até a sua regularização.

Relativamente ao Processo de Pagamento de Pensões, decorreu de 2 de Outubro a 9 Dezembro, em todo País, a Prova de Vida dos Pensionistas e Rondistas do Estado (PVP), tendo sido comprovadas **148.701** pensões, representando **87%** do universo esperado. Para realização da Prova de Vida foram executadas dentre várias actividades, a formação de 19 formadores que por sua vez formaram 300 brigadistas que suportaram o processo, a configuração da máquina de extração de dados biométricos para utilizar as aplicações e-CAF e SNGP, tendo culminado com a homologação do e-SNGP, que compreende, a título de exemplo, as funcionalidades que contabilizam diariamente os pensionistas cadastrados, compatibilizam as pensões do pensionista que possui mais de uma pensão e atendem as conformidades e regularizações de dados biométricos inconsistentes. Quanto aos Pensionistas que não realizaram a Prova de Vida, foi aberta uma excepção para a sua regularização ate 28 de Fevereiro de 2018, findo este período, as pensões serão suspensas.

No Módulo de Salários e Pensões (MSP) para os processos e Procedimentos de Pagamento de Pensões, foi elaborado o respectivo Modelo de Negócio, tendo em vista criar o módulo de gestão das folhas de salários dos pensionistas.

No Projecto **Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE)**, que compreende o desenvolvimento faseado de seis (6) Módulos do Ciclo de Vida de FAE, foram desenvolvidas e entregues 15 funcionalidades referentes aos Módulos I e II, que abrangem os seguintes processos do Ciclo de Vida:

- Módulo I - 7 processos, nomeadamente, Processos Individual, Novo Ingresso, Contrato, Nomeação Provisória, Nomeação Definitiva, Efectividade e Transferência. E
- Modulo II - 8 processos, nomeadamente, Avaliação de Desempenho, Promoção, Progressão, Mudança de Carreira, Substituição, Acumulação de Funções, Comissão de Serviço e Licenças.

A operacionalização do projecto Sistema de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), em regime piloto, começou com base nos Módulos I e II, em 5 Sectores, nomeadamente, o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), o Ministério da Economia e Finanças (MEF), o Tribunal Administrativo (TA), o Ministério da Saúde (MISAU) e Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), ao nível central, província de Maputo e no Distrito de Boane.

Ainda no SNGRHE, foram homologadas as funcionalidades de migração de dados dos FAE do e-CAF para e-SNGRHE e feita a sua manutenção; e, posteriormente, elaborado o Modelo de Negócio do Módulo de Processamento de Salários usando dados provenientes do e-SNGRHE e desenvolvida a infraestrutura de integração de aplicações no CAF e e-SNGRHE.

No **e-Tributação**, projecto que visa a modernização dos serviços da administração tributária na cobrança e gestão de impostos internos, foram feitas melhorias nas funcionalidades do NUIT, IVA, ISPC e realizadas actividades de avaliação (*assessment*) do e-Tributação com a finalidade de otimizar a operacionalidade das funcionalidades implementadas e a implementar de acordo com o plano do projecto.

Na sequência da avaliação, foi elaborado, apresentado e aprovado o respectivo relatório, plano global do projecto e o calendário para implementação das funcionalidades supra-citadas, prevendo-se o reinício do projecto a 05 de Fevereiro de 2018.

Teve início o projecto de **Centralização de NUIT e Domicílios Bancários (CNDB)**, com vista a proporcionar ao e-SISTAFE informação sobre criação e actualização de NUIT em tempo real, estando em curso a limpeza de NUIT nas aplicações CAF e MEX que constitui requisito fundamental para a operacionalização deste projecto.

Das funcionalidades ainda por implementar, merecem destaque as de Integração entre o e-Tributação e o e-SISTAFE (Classificação da Receita), Integração entre o e-Tributação e os Bancos Comerciais, IRPS e IRPC, quatro Outros Impostos mais significativos (Impostos sobre a Produção Mineira, Imposto sobre a Produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e Taxa sobre Combustíveis), Outros Impostos previstos no classificador económico da receita (Imposto Sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos, etc.) e Processos Comuns (Gestão de processos de auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de juízo de execuções fiscais, etc.).

Relativamente à integração entre o Módulo de Gestão da Rede de Cobrança e o Modulo de Execução Orçamental no e-SISTAFE, foi efectuada a análise de requisitos e criada a Nota Conceptual, estando em processo de revisão pela Autoridade Tributaria (AT).

No projecto **Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)**, destaca-se o desenvolvimento das funcionalidades de Incorporação por Via Directa, do e-Inventário, do Cadastro de Empreiteiros e Fornecedores (CEF), e do Catálogo de Bens e Serviços (CBS) e início do piloto no CEDSIF, MEF, MISAU e MINEDH.

Para além das funcionalidades acima mencionadas foi implantado o mecanismo que assegura a harmonização entre MPE e o MEX, permitindo transição dos processos ao novo exercício económico, promovidas para o ambiente de treinamento e de produção as versões de aplicação que operacionalizam as funcionalidades ``cancelar contrato`` e ``adenda a contratos``.

Com a operacionalização da incorporação por Via Directa, o registo de Bens adquiridos passa a ser feita automaticamente no momento da sua recepção na instituição do Estado adquirente. Paralelamente, estão em curso acções de harmonização e de gestão de mudança, tendo sido elaborado o Manual de Administração do Património do Estado, em processo de harmonização e actualização. Refira-se que, no âmbito deste processo, foi apresentada a funcionalidade de incorporação de bens por Via Directa na reunião preparatória da sessão do Conselho de Ministros, tendo sido recomendada a elaboração de um documento sumário explicativo do trabalho realizado, para partilhar com os membros deste órgão.

Em resultado da revisão pontual do Regulamento do SISTAFE e com vista a adequar os novos Perfis a utilização do Catálogo de Bens e Serviços (**CBS**), foi actualizado o Modelo de Negócio (MN) e feita a monitoria dos processos de operacionalização da aplicação em produção.

No **e-Inventário**, foram validadas as especificações e as funcionalidades que permitem a correcção de erros no acto do registo de bens e melhorado o processo de cálculo de amortizações do exercício e do acumulado, o que facilitou a avaliação patrimonial, garantindo assim a consistência de dados dos mapas do inventário referentes ao exercício económico de 2016 da Conta Geral do Estado.

O projecto **Sistema de Gestão Autárquica (SGA)** está estruturado em duas componentes específicas, nomeadamente, a Gestão Financeira Autárquica, e a Gestão Urbanística, Ambiental e de Serviços Municipais. Devido à falta de recursos financeiros o projecto não registou nenhum progresso durante o período em análise.

No projecto **Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO)**, foram elaborados o plano operacional de actividades de 2017, os Termos de Referência, a proposta para realização do seminário de divulgação do Modelo Conceptual e capacitada a equipa do projecto em matérias de planificação, monitoria e avaliação do projecto. Foi ainda elaborado o Modelo de Negócio (MN) do SPO e apresentado para apreciação aos grupos técnicos ao nível do CEDSIF e da DNPO.

No **Subsistema de Controlo Interno (SCI)**, com vista a sua implementação, iniciou-se em 2016 o processo de contratação de consultoria⁵ que irá apoiar e orientar a equipa interna na elaboração do Modelo de Negócio da Fase I⁶, visando aprimorar os processos de negócio para o início do desenvolvimento de funcionalidades da mesma fase, tendo para o efeito sido revisto o esboço do Modelo de Negócio do SCI elaborado em 2016, por forma a incorporar as melhorias necessárias ao Subsistema.

No **Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP)**, está em curso o projecto-piloto, tendo sido concluídos os relatórios *ad hoc* com Informação financeira (da execução da despesa) para o Sector da Educação, e consequentemente preparado o ambiente de produção e implantação dos relatórios *ad hoc* com informação financeira que permite o acesso a partir do MINEDH. Igualmente, foram concluídos os protótipos dos *dashboards*⁷ de informação sobre escolas, professores, despesas de salário, horas extras e professores que leccionam mais de uma turma extra.

2.4. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO e-SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, foram desenvolvidas actividades nos projectos e-INAS e Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC).

No **projecto e-INAS**, visando implantação do Sistema de Gestão do Beneficiários de Assistência Social (SGB), foi concluído o desenvolvimento das funcionalidades da ferramenta informática designada ‘Sistema de Gestão de Beneficiários’.

No que concerne à operacionalização, para viabilizar o projecto, foi aprovada a introdução de um identificador alternativo ao NUIT, denominado ‘Número Único de Identificação do Beneficiário’, gerado automaticamente pelo SGB, assim como foi realizada a recolha de dados sobre os beneficiários de assistência social em postos de concentração

⁵ No período em análise foi feita a avaliação das propostas técnicas e apurados 3 concorrentes, devendo se proceder à análise das propostas financeiras das três empresas apuradas.

⁶ Compreende: Gestão da Programação do CI; Execução de Auditoria; Relatório de Auditoria; Gestão de Recomendações; Gestão de Relatórios Operacionais.

⁷ *Dashboards* são Painéis de monitoria (Quadro de bordo) de dados tratados e analisados, de utilidade para diferentes *stakeholders* (interessados/envolvidos em determinado processo).

específicos, ultrapassando deste modo as dificuldades que existiam nesse sentido e minimizando os custos do processo. Com estes ajustes, foram criadas as condições para o início da utilização do SGB nos processos de gestão de beneficiários de Programas de Protecção Social sob responsabilidade do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) a partir de Fevereiro de 2018.

Ainda no processo de operacionalização, no sentido de conferir sustentabilidade ao projecto a longo prazo, foram capacitados técnicos do INAS em regime *on-job-training* no CEDSIF sobre matérias de análise do negócio e gestão de projectos, garantindo assim a continuidade das actividades.

No **projecto SINAGEC**, destaca-se a alocação de recursos humanos à equipa de implementação da ferramenta informática, tendo sido iniciada a adequação das funcionalidades de Catálogo de Bens e Serviços (CBS) e Preços de Referência (PRF) para atender às especificidades do Ministério das Obras Públicas e Recursos Hídricos-MOPHRH, esperando-se operacionalizar as mesmas funcionalidades até Março de 2018.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2017 foi de **466.780.140,00 MT**, tendo passado para **1.109.937.411,86 MT**, o que representa um incremento de **643.157.271,86 MT**, resultante de inscrição de saldos transitados de 2016 para 2017, recebimentos de transferências de entidades para as quais o CEDSIF presta serviços, compromisso de desembolso adicional da Dinamarca⁸ para o FCSISTAFE e reforço orçamental, conforme a tabela 6.

Tabela 6: Mapa de Variação Orçamental de 2017 (MT)

FR	Dotação Inicial	Variação Orçamental	Dotação Actualizada
101RT	267 184 730,00	103 194 937,58	370 379 667,58
111CEDSIF	15 193 350,00	12 960 707,47	28 154 057,47
Total Componente Interna	282 378 080,00	116 155 645,05	398 533 725,05
133FCSISTAFE	184 402 060,00	405 926 501,50	590 328 561,50
134ASDI		12 635 200,00	12 635 200,00
134UE-CEDSIF		14 952 487,97	14 952 487,97
134WB-CEDSIF		43 986 838,78	43 986 838,78
134WB-DNT		49 500 598,56	49 500 598,56
Total Componente Externa	184 402 060,00	527 001 626,81	711 403 686,81
Total Geral	466 780 140,00	643 157 271,86	1 109 937 411,86

A variação orçamental foi influência por aumentos e diminuição do orçamento conforme se apresenta nos pontos seguintes:

- Aumento resultante de inscrição do saldo transitado de 2016 a 2017;
- Aumento resultante de reforço para cobrir despesas de projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas;
- Aumento resultante de reforço orçamental para cobrir despesas de licenças da Biblioteca de biometria para prova de vida de pensionistas;
- Aumento resultante de inscrição de dois reforços da Embaixada da Dinamarca;

⁸ O montante adicional da Dinamarca totaliza 14.050.000,00DKK (DKK 5.850.000,00 e DKK 8.200.000,00).

- Inscrição de saldo de 2016 da União Europeia que estava alocado às Direcções Provinciais de Economia e Finanças
- Aumento resultante de reforço para cobertura da rubrica de salários e remunerações;
- Aumento resultante de reforço orçamental para cobertura das despesas de Licença de ETPM 2017-2018;
- Diminuição resultante de transferência de dotação orçamental para funcionamento das Delegações do CEDSIF; e
- Diminuição resultante da transferência de dotação orçamental à IGF.

Saldo Inicial

O CEDSIF transitou de 2016 para 2017 com um saldo financeiro de **338.284.373,49 MT**, assim discriminados por fontes de recursos na tabela 7.

Tabela 7: Mapa de Saldo Inicial

Despesas	Notas	Valor	Câmbio	Valores (MT)
Valores em MT				
Saldo Final 134UE-CEDSIF União Europeia		6.402.963,29	1.00	6.402.963,29
Saldo Final 133FCSITAFE		48.133.798,45	1.00	48.133.798,45
Saldo Final 111CEDSIF-Receitas Próprias		215.930,68	1.00	215.930,68
Saldo Final BCI 53		19.296.391,61	1.00	19.296.391,61
Saldo Final BCI 14		728.115,29	1.00	728.115,29
Saldo Final BIM		2.285.109,43	1.00	2.285.109,43
Saldo Final 134WB-CEDSIF		37.986.229,80	1.00	37.986.229,80
Saldo Devedor	1	41.101,23	1.00	41.101,23
Subtotal (MT)		115.089.639,78		115.089.639,78
Valores em USD				
Saldo Final da Forex		1.111.275,74		79.278.411,29
Saldo Final da CUT 133FCSITAFE		1.957.518,94		139.649.401,18
Saldo Final da CUT 134UE-CEDSIF União Europeia		59.325,31		4.232.267,62
Subtotal (USD)		3.128.119,99		223.160.080,09
Valores em EUROS				
Valores em EURO - Tesouro				0
Subtotal (EUROS)		0,00		0,00
Valores em ZAR				
Valores em ZAR - Tesouro-Valor 6.644,99		6.644,99		34.653,62
Subtotal (ZAR)		6.644,99		34.653,62
Total Geral (MT)				338.284.373,49

Entrada de Recursos

Durante o ano de 2017 houve entrada de recursos financeiros na ordem de **751.238.734,64 MT**, assim discriminados:

- **366.362.478,82 MT**, de Recurso de Tesouro;
- **329.021.449,03 MT** de recursos dos Parceiros, nomeadamente:
 - **280.093.816,33 MT** financiado pela Dinamarca e desembolsado da seguinte forma;
 - Primeira *tranche* no mês de Março de 2017 no valor de **82,404,316.53 MT** equivalente a **USD 1.211.293.79**; e

- Segunda *tranche* no mês de Novembro de 2017 no valor de **197.689.499,80 MT** equivalente a **USD 3.283.333,33**;
- **21.406.862,00 MT** desembolsado pela *tranche* única através da Itália no valor equivalente a Euros **299.900,00** e em **USD 346.211,28**;
- **14.885.570,70 MT** desembolsado pela *tranche* única através da Irlanda no valor equivalente a Euros **210.000,00** e em **USD 253.890,00** para fortalecimento de capacidade institucional na gestão de risco ao Ministério de Economia e Finanças através do Gabinete de Gestão de Risco.
- **12.635.200,00 MT** Transferência da IGF para cobrir despesas da prova de vida dos pensionistas
- **5.223.669,73 MT** referente as operações de tesouraria ocorridas ao longo do exercício económico de 2017.
- **50.631.140,05 MT** referente as receitas próprias realizadas durante exercício económico em análise e desagregados conforme tabela 8.

O CEDSIF previa arrecadar de receitas próprias **15.193.346,40 MT**, como contrapartida de prestação de serviços e arrendamento de espaços, tendo, no processo de execução, arrecadado **50.631.140,05 MT**, o que significa que arrecadou de receitas próprias acima do previsto no valor de **35.437.793,65 MT**, o que corresponde a uma realização de **333,25%**. O excesso de arrecadação é derivado da actualização do preço dos serviços prestados às instituições financeiras, de entrada de recursos alocados a projectos e outras aplicações não previstas inicialmente (Vide tabela 8).

Tabela 8: Receitas Próprias Arrecadas em 2017

Receitas Próprias- CEDSIF 2017	Previsão das Receitas Pró- pria (1)	Realização das Receitas Pró- pria (2)	Realização VS Previsão (3=2- 1)	Grau de Realização (4=2/1)
Letshego	7.577.080,75	13.869.030,00	6.291.949,25	183%
Banco +	109.280,62	920.632,15	811.351,53	842%
Bayport	4.065.889,84	8.231.530,00	4.165.640,16	202%
Banco Oportunidade		31.195,00	31.195,00	
Escola de Formação do CEDSIF	1.673.486,92	2.285.659,00	612.172,08	137%
Venda de Caderno de Encargos	195.339,10	29.410,50	(165.928,60)	15%
Comparticipação no Edifí- cio - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE)	487.662,84	609.578,55	121.915,71	125%
Comparticipação no Edifí- cio – Tribunal Administra- tivo (TA)	487.662,84	243.831,42	(243.831,42)	50%
Comparticipação no Edifí- cio - MOZABANCO	487.662,84	568.939,98	81.277,14	117%
Movitel – espaço para antena	109.280,62	324.554,20	215.273,58	297%
INAS	-	8.695.712,00	8.695.712,00	
e-SNGRHE		14.821.067,25	14.821.067,25	
Total	15.193.346,36	50.631.140,05	35.437.793,69	333%

Execução das Despesas

O CEDSIF realizou despesas acumuladas no valor de **800.486.749,47 MT**, sendo **783.254.192,52 MT** via e-SISTAFE e **17.232.556,95 MT**, através das contas no BCI BIM⁹ e Banco de Moçambique, representando **70,57%** e **1,55%**, respectivamente, da dotação actualizada no valor de **1.109.937.411,86 MT**.

A execução do orçamento correspondente a **72,12%**, é explicada dentre várias razões, pela revisão dos compromissos com fornecedores de bens e serviços, criando dessa forma demora na execução de actividades, a não conclusão de alguns processos de con-

⁹O valor executado através destas contas bancárias, referem-se aos custos de comissões e impostos sobre as transferências bancárias ocorridas durante o período ano de 2016, pagamento dos honorários dos docentes da Escola de formação de CEDSIF, contratados e aposentados, pagamento de ajudas de custos e formação de novos ingressos através da empresa Matrix.

tratação do exercício passado, a exemplo da contratação da consultoria para a implementação do sistema de Gestão de informação de Finanças Públicas (BI), a não execução do pagamento dos 20% do adiantamento ao Consórcio Nova Base Portugal e a empresa Intrasoft (projecto e-Tributação), a não execução do pagamento à BTG da despesas do contrato de manutenção do Centro de Dados (Exadata) e à Matrix de serviços de capacitação, sendo que os processos de pagamento encontravam-se ainda em curso no momento de encerramento do exercício económico de 2017.

Refira-se que a execução financeira comparada com a do ano anterior, é superior em **3,21%**, em parte justificado pela melhoria da execução dos processo de aquisição.

Execução da Despesa por Fonte de Recursos

Analizando a execução da despesa por Fonte de Recurso (FR), na componente interna destaca-se a FR **101 RT** com uma realização de cerca de **99%**, tendo a FR **111CEDSIF** se situado em **35%**. Na componente externa, evidenciou-se a FR **134ASDI** com uma realização de **100%** e as restantes FR tiveram níveis baixos de realização, sendo que a FR **134WB-DNT** não registou nenhuma execução em virtude da não conclusão do processo de contratação da consultoria em *Business Intelligence* (BI) do projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (Vide tabela 9).

Tabela 9: Execução da Despesa por Fonte de Recursos

Ordem	Descrição	Dotação Actualizada (1)		Execução (2)		Saldo Orçamental (3=1-2)	Grau de Execução (4=2/1)
		Valor	Peso	Valor	Peso		
1	101RT	370.379.667,58	33.37%	366.362.478,82	46.70%	4.017.188,76	98.92%
2	111CEDSIF	28.154.057,47	2.54%	9.890.093,27	1.26%	18.263.964,20	35.13%
3=1+2	Componente Interna	398.533.725,05	35.91%	376.252.572,09	47.96%	22.281.152,96	94.41%
4	133FCSISTAFE	590.328.561,50	53.19%	382.691.583,31	48.78%	207.636.978,19	64.83%
5	134SADI	12.635.200,00	1.14%	12.635.200,00	1.61%	0,00	100.00%
6	134UE-CEDSIF	14.952.487,97	1.35%	11.094.867,12	1.41%	3.857.620,85	74.20%
7	134WB-CEDSIF	43.986.838,78	3.96%	579.973,00	0.07%	43.406.865,78	1.32%
8	134WB-DNT	49.500.598,56	4.46%		0.00%		0.00%
9=(4 a 8)	Componente Externa	711.403.686,81	64.09%	407.001.623,43	51.88%	254.901.464,82	57.21%
10=3+9	Total	1.109.937.411,86	100.00%	783.254.195,52	99.844%	277.182.617,78	70.57%

Execução da Despesa por Classificador Económico

Analisando a despesa por Classificador Económico, depreende-se da tabela 10 que as rubricas de salários e remunerações e demais despesas de capital apresentam níveis altos de execução comparativamente as outras, sendo que no caso de salários justifica-se por se tratar de uma despesa certa. Na tabela 10 que se segue, apresenta-se o comportamento por rubrica.

Tabela 10: Execução da Despesa por Classificador Económico da Despesa

	Dotação Atualizada 2016		Dotação Atualizada 2017		Execução 2016		Execução 2017			Variação da Execução		
Descrição	Valor (1)	Peso	Valor (2)	Peso	Valor (3)	Peso	Valor (4)	Peso	Saldo Orçamental (5=2-4)	Orçamento (6)	Execução (7)	Grau de Execução 2017 (8=4/2)
Salários e Remunerações	344,249,168.19	33.45%	374,795,490.98	33.77%	334,925,168.19	47.34%	359,688,768.41	45.92%	15,106,722.57	8.87%	7.39%	95.97%
Demais Despesas Com Pessoal	21,678,457.32	2.11%	12,303,664.29	1.11%	8,689,141.51	1.23%	6,244,219.80	0.80%	6,059,444.49	-43.24%	-28.14%	50.75%
Bens	16,405,985.14	1.59%	12,818,591.32	1.15%	8,025,850.72	1.13%	5,987,177.13	0.76%	6,831,414.19	-21.87%	-25.40%	46.71%
Serviços	373,819,786.44	36.33%	491,648,714.25	44.30%	257,416,746.72	36.38%	251,548,580.04	32.12%	240,100,134.21	31.52%	-2.28%	51.16%
Demais Transferências a Famílias		0.00%	50,000.00	0.00%		0.00%		0.00%	50,000.00			0.00%
Construções	21,133,453.28	2.05%	-	0.00%	11,133,453.28	1.57%		0.00%	-	-100.00%	-100.00%	
Equipamento e Mobiliário	125,722,090.77	12.22%	104,555,432.78	9.42%	53,353,861.34	7.54%	50,989,464.10	6.51%	53,565,968.68	-16.84%	-4.43%	48.77%
Meios Circulantes		0.00%		0.00%		0.00%		0.00%	-			
Demais Bens de Capital	126,036,037.43	12.25%	113,765,518.24	10.25%	33,952,526.84	4.80%	108,795,986.05	13.89%	4,969,532.19	-9.74%	220.44%	95.63%
Total	1,029,044,978.57	100.00%	1,109,937,411.86	100.00%	707,496,748.60	100.00%	783,254,195.53	100.00%	326,683,216.33	7.86%	10.71%	70.57%

Salários e Remunerações

No período de Janeiro a Dezembro de 2017, a rubrica de Salários e Remunerações do pessoal nacional registou uma execução de **359.688.768,41 MT**, o que corresponde a **95,97%** da dotação orçamental, representando um peso de **45,92%** da execução global. Esta execução comparada com a de 2016 revela um crescimento na ordem de **7,39%**, resultante da incorporação de novos técnicos em projectos com recursos financeiros próprios.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta rubrica no período em análise foi de **6.244.219,80 MT**, o que representa uma realização de **50,75%** da dotação orçamental e um de peso **0,80%** da

execução total. Nesta rubrica destaca-se o pagamento de subsídios aos estagiários do Projecto INAS e de ajudas de custos. A rubrica teve decréscimo de execução na ordem de **43,24%** em relação a 2016, influenciado pela não realização das actividades de expansão.

Bens

A rubrica de bens congrega despesas de combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis e material de consumo para escritório. Esta rubrica atingiu uma execução total de **5.987.177,13 MT**, o que representa **46,71%** da dotação orçamental e um peso relativo de **0,76%** da execução total. Relativamente a 2016, a rubrica registou um decréscimo em **21,87%**, derivado da implementação de medidas de racionalização da despesa.

Serviços

A rubrica de serviços agrega o pagamento de salários dos consultores internacionais, manutenção e reparação de bens imóveis e rendas. A sua execução foi de **251.548.580,04 MT**, correspondente a **51,16%** da dotação orçamental e um peso relativo de **32,12%** do total executado. Face a execução de 2016, a rubrica registou um decréscimo na ordem de **2,28%**, influenciado pela racionalização da despesa, sendo de destacar a rescisão contratual com consultores internacionais.

Equipamentos e Mobiliário

Esta categoria de despesas, registou uma execução de **50.898.464,10 MT**, correspondente a **48,43%** da dotação orçamental e um peso de **6,51%** do total executado, e refere-se à aquisição de equipamento para manutenção. Relativamente a 2016, registou um decréscimo de **4,43%**.

Demais Despesas de Capital

Nesta categoria de despesas, a execução foi de **108.795.896,05 MT** correspondente a **95,63%** da dotação orçamental e um peso relativo de **13,89%** do total executado, refere-se ao pagamento da Despesa de licenças de Base de Dados e do ETPM.

Execução por Objectivo Estratégico

O Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019 compreende quatro objectivos, cuja execução de actividades é materializável anualmente através da alocação de recursos financeiros no PAO, conforme ilustra a tabela 11.

Tabela 11: Execução por Objectivo Estratégico, de Janeiro a Dezembro de 2017

Obejantivo Estratégico	CED	Classificação Economica da Despesa	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Execução Anual		Saldo Orçamental		Grau de Execução
			valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
A-Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF	111100	Salario e Remunerações	267,184,730.00	57%	365,359,351.04	33%	359,688,768.41	46%	5,670,582.63	0.017358047	98.45%
	112100	Demais Despesas Com Pessoal	312,000.00	0%	708,556.80	0%	603,938.60	0%	104,618.20	0%	85.24%
	121000	Bens	3,840.00	0%	12,547,587.12	1%	5,987,177.13	1%	6,560,409.99	2%	47.72%
	122000	Serviços	54,372,690.00	12%	140,423,032.20	13%	108,045,606.54	14%	32,377,425.66	10%	76.94%
	143406	Demais Transferências a Familias	-	0%	50,000.00	0%	-	0%	50,000.00	0%	0.00%
	211100	Construções	14,813,550.00	3%	-	0%	-	0%	-	0%	
	212000	Equipamento e Mobiliário	2,500,000.00	1%	23,997,339.89	2%	22,104,607.91	3%	1,892,731.98	1%	92.11%
Total			339,186,810.00	73%	543,085,867.05	49%	496,430,098.59	63%	46,655,768.46	14%	91.41%
B-Consolidar a reforma do SISTAFE	112100	Demais Despesas Com Pessoal	4,567,320.00	1%	781,200.00	0%	736,400.00	0%	44,800.00	0%	94.27%
	121000	Bens	488,300.00	0%	21,004.20	0%	-	0%	21,004.20	0%	0.00%
	122000	Serviços	84,855,210.00	18%	190,062,073.72	17%	109,123,933.00	14%	80,938,140.72	25%	57.41%
	212000	Equipamento e Mobiliário	17,632,500.00	4%	59,092,699.01	5%	28,884,856.19	4%	30,207,842.82	9%	48.88%
	214000	Demais Bens de Capital	20,050,000.00	4%	112,254,396.13	10%	107,284,863.94	14%	4,969,532.19	2%	95.57%
Total			127,593,330.00	27%	362,211,373.06	33%	246,030,053.13	31%	116,181,319.93	36%	67.92%
C-Dar continuidade a implementação do SISTAFE	111100	Salario e Remunerações	-	0%	9,436,139.94	1%	-	0%	9,436,139.94	3%	0.00%
	112100	Demais Despesas Com Pessoal	-	0%	4,107,436.98	0%	-	0%	4,107,436.98	1%	0.00%
	122000	Bens	-	0%	155,406,101.83	14%	31,092,931.69	4%	124,313,170.14	38%	20.01%
	212000	Serviços	-	0%	21,465,393.88	2%	-	0%	21,465,393.88	7%	0.00%
	214000	Demais Bens de Capital	-	0%	1,511,122.11	0%	1,511,122.11	0%	-	0%	100.00%
Total			-	0%	191,926,194.74	17%	32,604,053.80	4%	159,322,140.94	49%	16.99%
D-Apoiar as instituições do Estado na implementacao de sistemas	112100	Demais Despesas Com Pessoal	-	0%	6,706,470.51	1%	4,903,881.20	1%	1,802,589.31	1%	73.12%
	121000	Bens	-	0%	250,000.00	0%	-	0%	250,000.00	0%	0.00%
	122000	Serviços	-	0%	5,757,506.50	1%	3,286,108.80	0%	2,471,397.70	1%	57.08%
Total			-	0%	12,713,977.01	1%	8,189,990.00	1%	4,523,987.01	1%	64.42%
Global			466,780,140.00	100%	1,109,937,411.86	100%	783,254,195.52	100%	326,683,216.34	100%	70.57%

Assim, analisando a execução orçamental por objectivo estratégico, nota-se que a despesa teve maior incidência nos objectivos “Garantir do funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF”, Consolidar a reforma do SISTAFE e Apoiar as Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares, pois absorveram o correspondente a **91,41%**; **67,92%** e **64,42%** da dotação orçamental final, respectivamente.

Saldo a 31 de Dezembro de 2017

Considerando o Saldo Inicial a 01 de Janeiro de 2017 no valor de **338.284.373,49MT**, o total de entradas de recursos financeiros no valor de **751.238.734,64MT** e o total de despesas executadas durante o exercício económico de 2017 avaliadas em **800.486.749,47MT**, apurou-se um saldo financeiro final do CEDSIF a 31 de Dezembro de 2017, constituído por saldos existentes na CUT em várias moedas, conta Forex-USD, BCI e BIM, no valor de **289.036.358,66MT**, tal como ilustra a tabela 12. Refira-se que os valores em divisas foram convertidos ao câmbio médio de 31/12/2017 de Banco de Moçambique.

Tabela 12- Saldo Financeiro a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Moeda	Valores Detalhados	Câmbio	Valores MT
Valores em MZN				138,942,094.81
Tesouro - MZN	MT	38,624,076.02	1.00	38,624,076.02
Tesouro - MZN 134UE	MT	3,228,354.08	1.00	3,228,354.08
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	MT	46,208,709.14	1.00	46,208,709.14
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 14712476101 80	MT	2,250.00	1.00	2,250.00
BIM - CEDSIF - MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	MT	325,108.56	1.00	325,108.56
111CEDSIF-Receitas Próprias	MT	13,147,340.21	1.00	13,147,340.21
Tesouro - MZN 134WB-CEDSIF	MT	37,406,256.80	1.00	37,406,256.80
Valores em USD				102,638,636.81
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	USD	1,484,863.80	59.03	87,651,510.11
BM - CEDSIF - USD	USD	253,890.00	59.03	14,987,126.70
Tesouro - USD 134UE-CEDSIF	USD			0.00
Valores em EURO - Tesouro				47,455,627.03
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	EUR	673,750.65	70.44	47,455,627.03
Valor Total				289,036,358.66

Execução das Direcções Provinciais de Economia e Finanças (Orçamento das Delegações do CEDSIF)

O CEDSIF procedeu à transferência de dotação para as DPEFs para o funcionamento (FR-133FCSISTAFE) das Delegações do CEDSIF. Conforme as regras estabelecidas, o valor transferido para o funcionamento das delegações, a prestação de contas é feita ao nível de cada Província. E estes recursos foram executados em **38,93%** (vide tabela 13).

Na Fonte de recursos da União Europeia 134UE-CEDSIF os saldos transitados de 2016 para 2017 foram recolhidos para o nível central, transitando para o exercício económico de 2018 com um saldo de **1.700,00 MT** (vide tabela 14).

Tabela 13: Execução das DPEFs – Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE (MT)

Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE		Entradas				Saída				
UI	Unidade	Saldo inicial (1)	Recolha de Recursos Financeiros (2)	Transferências da Central pra DPEFs (3)	Total de Recursos Financeiros (4=1+2+3)	Execução (5)	Recolha de Saldo das DPEF's para Central (6)	Total de Saída (7)	Saldo (8=4-7)	Grau de Execução (4=4/3)
27B900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	2,861.00	30.00	953,703.09	956,594.09	725,638.39	2,891.00	728,529.39	228,064.70	75.86%
27C900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	48,000.00	120,206.60	755,535.11	923,741.71	755,535.11	168,206.60	923,741.71	-	81.79%
27D900022	DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula		490.65	953,703.09	954,193.74	952,585.59	490.65	953,076.24	1,117.50	99.83%
27E900022	DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	23,400.00	1,080.00	953,703.09	978,183.09	948,783.98	24,480.00	973,263.98	4,919.11	96.99%
27D900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	1,800.00	59,405.00	755,535.11	816,740.11	753,686.76	61,205.00	814,891.76	1,848.35	92.28%
27G900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	61.50		755,535.11	755,596.61	754,618.00	61.50	754,679.50	917.11	99.87%
27H900022	DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala		183,368.81	953,703.08	1,137,071.89	933,221.13	183,368.81	1,116,589.94	20,481.95	82.07%
27I900022	DPPF I'bane UI do STP da Despesas de I'bane		18,135.00	707,782.20	725,917.20	674,200.00	18,135.00	692,335.00	33,582.20	92.88%
27J900022	DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	4,000.00	10,286,288.00	542,752.91	10,833,040.91	378,263.00	10,290,288.00	10,668,551.00	164,489.91	3.49%
27K900022	DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Provincia		74,462.10	755,535.13	829,997.23	486,217.65	74,462.10	560,679.75	269,317.48	58.58%
	Total	80,122.50	10,743,466.16	8,087,487.92	18,911,076.58	7,362,749.61	10,823,588.66	18,186,338.27	724,738.31	38.93%

Tabela 14: Execução das DPEFs – Fonte de Recursos: 134UE-CEDSIF (MT)

Fonte de Recursos: 134UE-CEDSIF		Entradas				Saída				
UI	Unidade	Saldo inicial (1)	Recolha de Recursos Financeiros (2)	Transferências da Central pra DPEFs (3)	Total de Recursos Financeiros (4=1+2+3)	Execução (5)	Recolha de Saldo das DPEF's para Central (6)	Total de Saída (7)	Saldo (8=4-7)	Grau de Execução (4=4/3)
27B900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	35,354.00			35,354.00		35,354.00	35,354.00	-	0.00%
27C900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	125,165.00			125,165.00		125,165.00	125,165.00	-	0.00%
27D900022	DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	166,164.65			166,164.65		166,164.65	166,164.65	-	0.00%
27E900022	DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	755,102.50			755,102.50		755,102.50	755,102.50	-	0.00%
27D900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	216,304.10	1,700.00		218,004.10		216,304.10	216,304.10	1,700.00	0.00%
27G900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	126,584.40			126,584.40		126,584.40	126,584.40	-	0.00%
27H900022	DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	1,388,983.00			1,388,983.00		1,388,983.00	1,388,983.00	-	0.00%
27I900022	DPPF l'bane UI do STP da Despesas de l'bane	1,199,302.41			1,199,302.41		1,199,302.41	1,199,302.41	-	0.00%
27J900022	DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	178,585.00			178,585.00		178,585.00	178,585.00	-	0.00%
27K900022	DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Provincia	125,712.00			125,712.00		125,712.00	125,712.00	-	0.00%
	Total	4,317,257.06	1,700.00	-	4,318,957.06	-	4,317,257.06	4,317,257.06	1,700.00	0.00%

Eventos Subsequentes

A renovação de licenças de ETPM 2017-2018 no valor de **36.744.311,10 MT** pagos no exercício económico de 2017 por adiantamento de fundo, a execução efectiva para credor final (Oracle Systmes Lda) será realizada em Janeiro de 2018.

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

A análise da execução de actividades do PAO 2017, com base na matriz de controlo, mostra que das **89** actividades programadas para 2017 (vide tabela 15), dentre as quais **41** anuais, **7** a executar em três trimestres, **24** a executar dentro do 1º semestre e **17** executáveis em três meses, foram concluídas **61**, das quais **32** anuais, **4** realizáveis em três trimestres, **14** realizáveis em um semestre e **11** dentro de três meses.

Analísado o grau da execução do PAO 2017, constatou-se que das actividades programadas **2** realizáveis em seis meses iniciaram mas não foram concluídas, e **26** não foram executadas, dentre elas, **9** anuais, **3** realizáveis em nove meses, **8** executáveis em seis meses e **6** executáveis dentro de três meses. Estas actividades, algumas não foram realizadas por falta de orçamento e outras porque perderam a prioridade, tendo, por conseguinte, sido reprogramadas para 2018.

Tabela 15: Actividades Programadas VS Realizadas e Iniciadas

Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2017				
Objectivo Estratégico	Total de Actividades do PAO a realizar/Iniciar	Actividades concluídas	Actividades iniciadas e não Concluídas	Actividades Não realizadas/ Iniciadas
A. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	21a 3b 9c 9d	17a 1b 7c 6d		4a 2b 2c 3d
B. Consolidar a Reforma do SISTAFE	12a 2b 13c 6d	9a 1b 5c 3d	2c	3a 1b 6c 3d
C. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	6a 2b 2c 2d	4a 2b 2c 2d		2a
D. Apoiar às Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	2a	2a		
Sub-Total	41a 7b 24c 17d	32a 4b 14c 11d	2c	9a 3b 8c 6d
Total	89	61	2	26
%	100,00%	68,54%	2,25%	29,21%

A análise e avaliação percentual de dados quantitativos revelam que **68,54%** das actividades previstas no PAO 2017 foram realizadas, tendo-se assegurado o funcionamento da instituição, a consolidação da reforma e a implementação do SISTAFE.

5. PERSPECTIVAS PARA 2018

As perspectivas do PAO 2018 estão focalizadas na prossecução de execução das actividades já iniciadas, priorizando o desenvolvimento de acções para materialização dos resultados definidos por objectivo estratégico. As actividades programadas são as seguintes:

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF

- Melhorar a eficiência e eficácia do sistema informático de atendimento às solicitações dos utilizadores do e-SISTAFE, no âmbito do processo de consolidação do sistema de gestão de incidentes.
- Desenvolver Sistema de Informação para Gestão – SIG, agregando a informação sobre os indicadores do CEDSIF e de Gestão das Finanças Públicas.
- Garantir o funcionamento do CEDSIF com tecnologias de informação e comunicação (TIC) actualizadas.
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, para a implementação e consolidação dos processos do CEDSIF, bem como monitoria dos *stakeholders* do CEDSIF e realização da Auditoria Interna ao SGQ. E
- Realizar quatro (4) auditorias internas de controlo da aplicabilidade, adequabilidade e eficácia das normas de segurança, no âmbito do estabelecimento do Sistema de gestão de segurança de informação em conformidade com a norma ISO 9001.

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Garantir o pleno funcionamento do e-SISTAFE, identificando e implementando melhorias correctivas e evolutivas nos módulos existentes.

- Implementar o Plano de Acção de Revisão dos Perfis de Acesso ao e-SISTAFE (e-CAF/e-Folha, II Fase) e o e-SISTAFE por via da Internet com vista a Facilitar o acesso ao e-SISTAFE aos seus usuários e redução dos custos inerentes ao Sistema.
- Dar continuidade à formação e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE.
- Consolidar a infraestrutura de tecnologia de informação (TI) do Centro de Dados e a adaptação dos processos de operação e manutenção, por via da elaboração da Estratégia de Gestão de Periféricos (rede interna e manutenção de e-SISTAFE) 2017 a 2022 e aquisição de equipamentos e actualização das ferramentas em uso.
- Operacionalizar demonstrativos contabilísticos e a conformidade contabilística.
- Desenvolver a funcionalidade “Navegar Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP)”, no âmbito de transacções/Operações Contabilísticas (OC)/Contas contabilísticas, a partir de objecto, conta contabilística e OC. E
- Promover acções de melhorias do Roteiro de Pagamento de Salários.

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Operar o Sistema de Gestão de informação de Finanças Públicas (SGIFP), no âmbito dos painéis de monitoria (quadros de bordo) com indicadores de detalhe sobre: (i) o Orçamento e Despesa; (ii) Pagamentos de Salários e sobre o Património; (iii) e (iv) Análises das Contas de Gerência.
- Operacionalizar o Módulo de Gestão do Subsistema do Controlo Interno-SCI (Fase I), desenvolvendo as funcionalidades de gestão relativas à Programação do Controlo Interno (PCI), Execução de Auditorias, Relato de Auditorias, Relatórios Operacionais, e Recomendações.

- Operacionalizar o Módulo para Gestão do SCI (Fase II), ao desenvolver e disponibilizar as funcionalidades geração automática da PCI e do Relatório de Controlo Interno.
- Operacionalizar funcionalidades do Subsistema do Património do Estado, nomeadamente de: Incorporação, Gestão e Desincorporação Patrimonial, Contratações Públicas e Interface electrónica via Internet.
- Desenvolver a aplicação informática do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) e rever a Legislação de Suporte do SISTAFE, no âmbito da reforma do Subsistema do Orçamento do Estado (SOE). E
- Operacionalizar as funcionalidades de suporte do funcionamento do e-SNGRHE e as do Módulo III relativas ao processo de desligamento do Aparelho do Estado, e formar os utilizadores;
- Operacionalizar o projecto Alertas, introduzindo na rotina do e-SISTAFE a emissão de alertas sobre pagamentos efectuados no Módulo de Execução Orçamental (MEX) e sobre a proximidade do prazo de realização da Prova de Vida dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE).

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Operacionalizar o projecto SINAGEC tendo em conta as funcionalidades de Catalogação de Insumos e Serviços de Construção Civil, Carga de Preços de Mercado e Cálculo de Preços de Referência de Insumos e Serviços de Construção Civil para a Província e Cidade de Maputo. E
- Operacionalizar o projecto e-INAS, garantindo o acesso ao sistema em todas as Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

6. ANEXOS

Anexo 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades para 2017.

Anexo 2: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2017.

Anexo 3: Mapa de UGB Descentralizadas em 2017.

Anexo 4: Mapa de Capacitações Realizadas em 2017.